



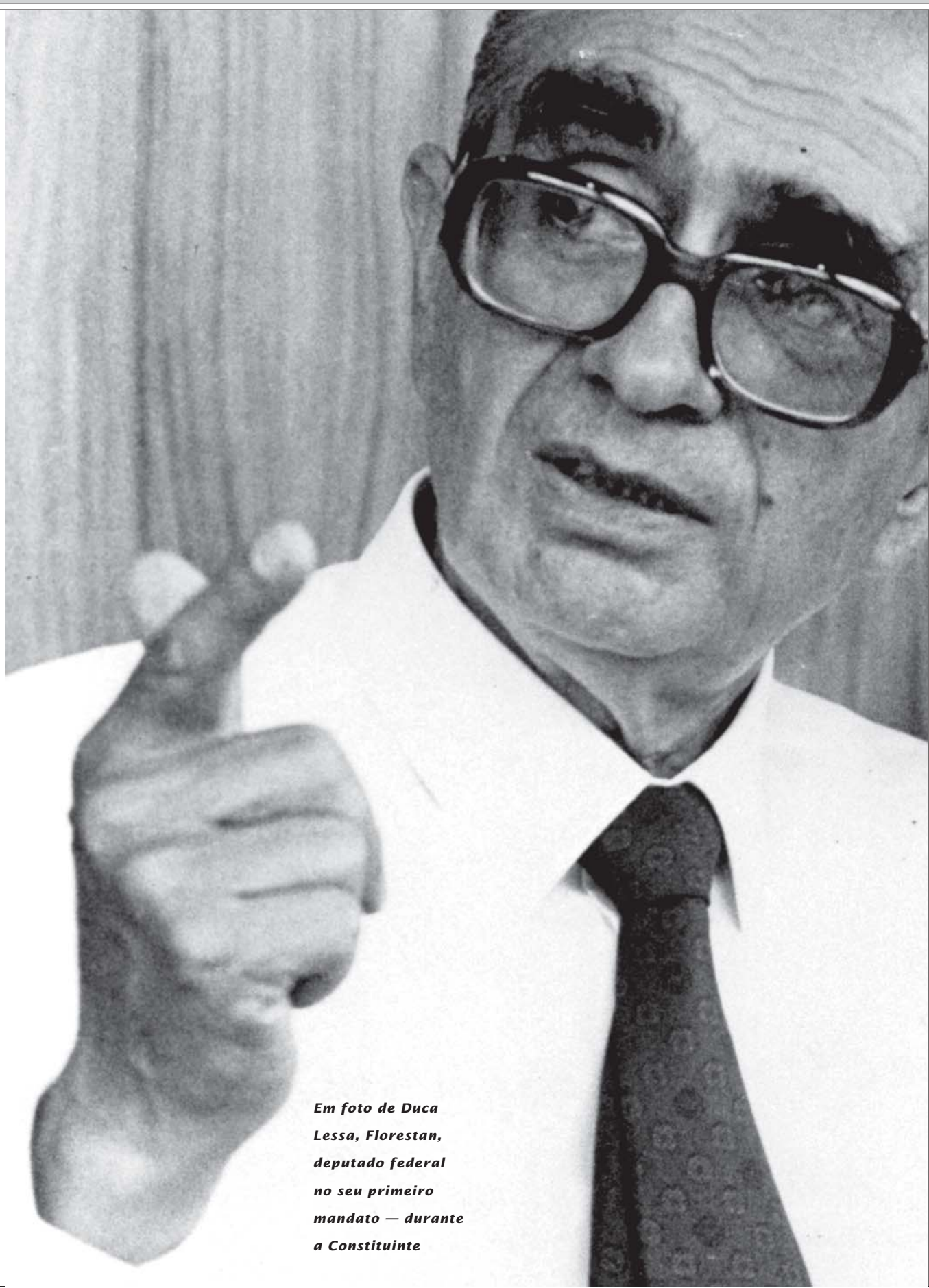
A QUESTÃO RACIAL BRASILEIRA NA OBRA DE FLORESTAN FERNANDES

JOÃO BAPTISTA BORGES PEREIRA

Numa tarde, no começo da década de 50, o prof. Roger Bastide entrou na minha sala, no fundo do corredor, lá na Maria Antonia. Ficou de pé em minha frente e me disse que fora procurado por Alfred Métraux para dirigir um projeto de pesquisa da Unesco sobre o negro na sociedade brasileira. Argumentou que só aceitaria o convite se eu também concordasse em participar do projeto. Bastide me disse ainda que ele não tinha a

dispensável para conduzir o tipo de investigação que a Unesco pretendia. Respondi pronta e secamente a Bastide: NÃO! Estava preocupado com outros projetos e que não me interessava participar de estudo sobre questão racial. Bastide não tentou me convencer. Saiu de minha sala em silêncio. Senti que tinha sido duro com o meu mestre e senti remorso. Saí da sala à sua procura e o vi se afastando, quase no final do corredor. Chamei-o. Ele parou, voltou-se para mim. Arrepentido, emocionado e sem pensar lhe disse: prof. Bastide, eu aceito!

JOÃO BAPTISTA BORGES
PEREIRA é professor de
Antropologia da FFLCH-USP.



*Em foto de Duca
Lessa, Florestan,
deputado federal
no seu primeiro
mandato — durante
a Constituinte*

Esse trecho era a resposta demorada à pergunta que lhe fizera, numa entrevista maior, sobre os motivos que o teriam levado a estudar negros, pois em seu *curriculum* não havia qualquer registro nessa direção. Florestan viera de um intenso labor intelectual do qual resultaram três teses – mestrado, doutorado e livre-docência. As duas primeiras, como se sabe, constituíram-se numa magistral reconstrução histórica de aspectos ligados à guerra e à organização social dos extintos Tupinambá; a terceira, de caráter teórico, propunha-se refletir sobre o alcance explicativo do método funcionalista nas ciências sociais (1).

Alguns anos depois desse depoimento, em seminário patrocinado pelo Ceru, Florestan Fernandes confirma publicamente a versão acima reproduzida e acrescenta outros dados que permitem ao leitor avaliar o contexto intelectual e institucional que marca o momento, o instante inicial do envolvimento do sociólogo com a questão racial brasileira:

“A nossa pesquisa foi o produto de um acaso. A. Métraux trouxe-nos o programa da Unesco para o Brasil, nascido de uma hipótese infundada (a de que o Brasil constitua uma situação negativa, da perspectiva da manifestação do preconceito e da discriminação raciais, por sua vez extraída de um artigo de D. Pierson). R. Bastide foi convidado para ser o encarregado da parte sociológica do projeto sobre São Paulo (outros desdobramentos: dois estudos de psicologia, atribuídos a Ariela M. Giensberg e a Virgínia Biculo; uma sondagem sociológica sobre uma comunidade rural do estado de São Paulo: graças a Oracy Nogueira, a escolha recaiu sobre Itapetininga, que ele estava estudando). Bastide recusou, pois estava ocupado de modo absorvente na preparação e redação de sua tese de doutoramento. Sugeriu que D. Pierson fosse convidado; este anuiu, porém desinteressou-se quando descobriu que a Unesco não alocara fundos suficientes para a realização de uma pesquisa de envergadura (cada desdobramento do projeto ficara com mil dólares; a nossa dotação foi direta a Lucila

Herrmann e Renato Jardim Moreira, nossos colaboradores de pesquisa, que receberam quinhentos dólares cada um. A pesquisa, em suma, se fez de graça. O que é uma ironia, já que ela foi projetada e desenvolvida como uma das pesquisas mais complexas até então efetuadas entre nós... Paulo Duarte logrou obter um financiamento de oitenta contos da reitoria da USP, mas esse dinheiro foi aplicado no financiamento da publicação do nosso trabalho na revista *Anhembi* e do grosso volume que continha todos os resultados da investigação). Métraux compeliu R. Bastide a aceitar o encargo e este, por sua vez, induziu-me a entrar com ele na grande aventura, o que aceitei de maneira relutante” (2).

Seja qual tenha sido o fator que mais pesara na decisão de Florestan – sentimental, intelectual ou político – o que importa destacar é que tal decisão resultou na inauguração de uma nova fase (revolucionária, na opinião de alguns críticos) do estudo do negro no Brasil. Até então, tais estudos iniciados na transição dos séculos XIX-XX haviam passado por duas fases lógicas e históricas: a primeira, identificada principalmente ao nome de Nina Rodrigues, focalizava o negro como “expressão de raça”, retendo, quase sempre negativamente, os seus atributos biológicos; a segunda, associada especialmente à produção intelectual de Arthur Ramos, via o negro como “expressão de cultura”, negligenciando as suas condições existenciais, o seu enraizamento social. Com seus estudos sobre literatura, artes, folclore e, principalmente, religião da população negra, Roger Bastide estava ligado, a sua maneira, a essa visão culturalista. Daí talvez sua dificuldade em lidar com um projeto que, pelas suas propostas, deveria começar por reavaliar até a contestação, essa linha de pensamento, e que, certamente, encontraria, como encontrou, em Florestan Fernandes um crítico severo e radical.

Essa diferença entre os dois autores, que associados iriam dar espécie de reviravolta no estudo do negro brasileiro, é bem explicitada por Florestan:

1 F. Fernandes, *A Organização Social dos Tupinambá*, São Paulo, Instituto Progresso Editorial, s/d; idem, *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, São Paulo, Pioneira/Edusp, 2ª ed., 1970; idem, *Ensaio sobre o Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia*, São Paulo, FFLCH-USP, 1953.

2 Olga R. de M. Von Sinson (org.), *Revisitando a Terra de Contrastes: a Atualidade na Obra de Roger Bastide*, São Paulo, FFLCH-USP – Ceru, 1986, pp. 14-5.

“Existiam divergências entre Bastide e eu na forma de encarar a situação concreta do negro. Eu coligira, para ele, alguns estudos de personalidade em 1941 e fizera, para o professor Emílio Willems, um levantamento sobre certas formas de discriminação em Sorocaba, em 1942. Principalmente, como criança de origem *lumpen*, vivi em porões e cortiços de vários bairros (principalmente na Bela Vista) e começara a trabalhar com pouco mais de 6 anos. Os negros eram companheiros de privações e misérias; eu podia manejar a ‘perspectiva do oprimido’ e, por aí, desmascarar a hipocrisia reinante sobre o assunto. O professor Bastide, por suas investigações, compartilhava de muitas das minhas convicções; mas, rejeitava outras, em particular porque preferia os meios-tons, aquilo que se poderia chamar de ‘verdade redentora’, aparente no perdão mútuo, no esquecimento, a superação pelo negro das ‘injustiças’ (ele evitava converter a descrição em julgamento; os dois capítulos que escreveu para *Negros e Brancos em São Paulo* demonstram que o apego estrito à objetividade científica ia a par com o nuançamento dos elementos chocantes, com uma dialética proudhoniana, que exibia o mal sem ignorar o bem, ou o mau sem desdenhar o bom). Achei que seria fecundo colocar em suspenso as diferenças, através de um projeto de pesquisa que firmasse certas hipóteses diretrizes fundamentais. Ele concordou. Redigi o projeto, que foi submetido a sua crítica. Ele só alterou algumas passagens sobre Pierson, atenuadas ou omitidas, que eu havia utilizado deliberadamente como uma espécie de *straw man*, ressaltando assim as ambigüidades e inconsistências que deveríamos evitar (ou controlar) em uma investigação comprometida com o próprio negro” (3).

O que caracterizaria essa nova fase de estudo, que levou alguns autores a julgarem revolucionária?

1) Parte-se do princípio de que a situação social da população negra no Brasil é “um

problema social” que o país precisa admitir, enfrentar e resolver, até por uma questão de justiça social. Inverte-se a idéia de que o negro é um problema para o país, como queria, por exemplo, Nina Rodrigues: o país, a sociedade, enfim uma estrutura social iníqua é que se constitui em um problema para a população negra: é essa sociedade que calibra a participação social e que manipula o destino histórico da população brasileira com características negróides, marginalizando-a, discriminando-a, preconceituando-a, bloqueando, assim, seus passos rumo a uma cidadania plena. Cumpria desvendar, para denunciar, esses mecanismos estruturais que historicamente e na atualidade têm atuado na perpetuação dessa injustiça. Propunha-se, em síntese, através da pesquisa sociológica desmascarar a realidade racial brasileira, colocá-la a nu, desfazer um mito fortemente arraigado no imaginário popular e no pensamento científico, e que já começava a se internacionalizar, de que o Brasil era o país da democracia racial.

Como já se grifou, essa proposta, ao mesmo tempo que dirige o olhar sociológico para o plano das estruturas sociais, exige, preliminarmente, uma crítica às explicações culturalistas. Através do estudo do negro, uma sociologia, de forte inspiração marxista, endereça suas críticas a uma antropologia da época, com grande influência idealista. L. A. da Costa Pinto, com toques impressionistas, sintetiza bem esse distanciamento entre as duas disciplinas:

“Independentemente da vontade dos líderes do surto ‘afro-brasileiro’, cuja filosofia de vida, além de altamente respeitável, chegou a ser até honestamente avançada – a verdade é que, nas suas preocupações, uma abstração tomou o lugar dos fatos, impedindo-os de ver a distância que crescia entre o africano abstrato que estudavam e o novo negro, negro-homem, real e concreto, que estava ali – nascendo, vivendo, morrendo na frente deles, debaixo de seus olhos” (4).

2) Adota-se uma linha teórico-metodológica que dava grande importância à

3 Idem, *ibidem*, p. 15.

4 L. A. da Costa Pinto, *O Negro no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Cia. Ed. Nacional, s/d, p. 31.

*Na outra página,
Florestan falando
na Assembléia
Nacional
Constituinte em
outubro de 1987,
Brasília*

empíria e procurava interpretar os fatos dialeticamente à luz de um referencial marxista, ainda que outros esquemas teóricos não fossem totalmente abandonados. Sem dúvida alguma a conjugação – questão racial, pesquisa empírica e método dialético – representava uma inovação na prática sociológica da década de 50. Na parte propriamente técnica, a de coleta de dados, a novidade estava no fato de os investigadores não se limitarem a ir à busca de seus informantes; os informantes negros vinham ao encontro dos pesquisadores para expor as suas experiências e conhecer de perto o projeto, os estudiosos e a própria academia. Dessa perspectiva, o projeto sociológico elaborado e executado por Florestan, em conjunto com Bastide, descarta o esquema culturalista mas adere, e o valoriza, às técnicas qualitativas da antropologia:

“Não é caso de repetir aqui o que foi o desenrolar da pesquisa. Graças ao prestígio de Bastide na comunidade negra, contamos com uma maciça colaboração de negros e mulatos de várias categorias sociais e das diferentes gerações em contato. A primeira reunião foi celebrada na Biblioteca Pública Municipal, com uma massa notável de ouvintes e participantes. As demais foram realizadas no auditório da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Tínhamos a intenção de coligir documentos pessoais, elaborados pelos próprios sujeitos. O nível médio de escolaridade e de maturidade intelectual mostrou que só alguns sujeitos estavam em condições de nos proporcionar os materiais desejados. Isso nos obrigou a uma tática rica de investigação. Substituímos o documento pessoal (mantido para um número pequeno de sujeitos) pela observação participante em situação grupal (o que aumentou o interesse daquelas reuniões e dos materiais estenográficos resultantes). E logo empreendemos reuniões paralelas com as mulheres (que se revelaram mais maduras que os homens na percepção da realidade ambiente) e com os intelectuais negros (que se tornaram também pesquisadores, elaborando estudos de casos especiais).

Assim, tínhamos a grande reunião formal, de mês em mês; o seminário com as mulheres (de quinze em quinze dias) e o seminário com os intelectuais (todos os sábados, em uma associação cultural negra localizada na rua Formosa). A bateria de materiais era completada pelo recurso ao questionário, aplicado por estudantes; por entrevistas formais e informais (eventualmente, com sujeitos recrutados naquelas três situações); e pela observação direta de situações concretas e estudos de caso (sobre personalidades negras e mulatas; cortiços, bairros, etc.). Os brancos e as barreiras raciais foram focalizados por recursos proporcionados por essas técnicas de investigação e pela colaboração de estudantes mais avançados na elaboração de estudos de caso (famílias tradicionais, empresas de grande e médio porte, serviços de seleção de pessoal, etc.). A reconstrução histórica ficou sob meu encargo, com a colaboração de Renato Jardim Moreira; uma importante sondagem quantitativa sobre incongruências de atitudes e valores na esfera das relações raciais foi conduzida por Roger Bastide, com a colaboração de Lucila Herrmann. Os materiais referentes à Lei Afonso Arinos, por sua vez, além de uma coleta paralela de opiniões e reações espontâneas, foram arrolados através de uma sequência de debates” (5).

3) Escreve-se um capítulo na institucionalização da pesquisa no Brasil. Sabe-se que, pelo menos nas humanidades, a pesquisa acadêmica no país tem tido um caráter predominantemente individual. Fatores responsáveis por isso vão desde bibliotecas insatisfatórias, verbas insuficientes, acomodações materiais inadequadas até hábitos arraigados na rotina dos pesquisadores.

O projeto do qual Florestan concordara em participar era apenas um, dentro de um projeto maior, que cobria, além de São Paulo, vários estados e regiões do Brasil. Nesse projeto geral estavam engajados muitos pesquisadores – sociólogos, antropólogos e alguns psicólogos. Em São Paulo formou-se uma equipe e criou-se um clima intelectual que

5 Olga R. de M. Von Sinson (org.), op. cit., pp. 16-7.





garantiram ao longo dos anos até os dias atuais, a continuidade dos estudos dessa temática (6). Esse fato, aliado a outras características desses estudos, foi o que levou alguns autores a reconhecerem a existência de uma escola: a Escola Sociológica de São Paulo, associada à liderança intelectual de Florestan Fernandes.

É preciso registrar que o processo de institucionalização da pesquisa original ia desde a demanda por verbas, formação de equipe até a publicação de seus resultados (7).

REAÇÕES À PESQUISA

“As reações à pesquisa: de imediato, fomos considerados ‘tendenciosos’ e responsáveis pela ‘deformação da verdade’ em vários níveis da sociedade circundante. Houve, mesmo, uma ocorrência típica. O diretor de uma escola de sociologia que afirmou publicamente que Bastide e eu estávamos introduzindo ‘o problema’ no Brasil! A comunidade negra, por sua vez, exagerou a importância de nossa contribuição. Estava maravilhada com o fato de

termos rompido aquele isolamento psicossocial e histórico, feito dele uma arma da razão e da crítica. Principalmente, ficaram encantados com o fato de suas ‘lutas’ terem encontrado resposta e confirmação. Parecia-lhes que a sociologia lhes abria uma ‘ponta de justiça’, acenando com a perspectiva de que aquilo que não se convertera em história poderia vir a sê-lo no futuro próximo. Fomos cuidadosos. Não tentamos indicar a falta de correlação entre a reação coletiva do negro e a gravidade do dilema racial na sociedade brasileira. De que adiantaria esse exercício literário? Bastara-nos indicar que a integração nas classes começava *outra história*, porque conferia ao negro a possibilidade de acesso a uma forma mais eficiente de conflito aberto e de luta contra uma ordem racial iníqua.” (8)

Além dessas reações imediatas a um trabalho acadêmico inovador, que a uns incomoda e a outros estimula, há as repercussões que o estudo vai colhendo, ao longo

6 F. Fernandes, “Aspectos da Questão Racial”, in *O Tempo e o Modo do Brasil*, Lisboa, (nº 50), 1967.

7 *Relações Raciais entre Negros e Brancos em S. Paulo*, São Paulo, Anhembi, 1955, pp.7-10.

8 Olga R. de M. Von Sinson (org.), op. cit., p.18.



Na outra página, ato de aniversário da morte de Carlos Marighella, na ABI-SP, em dezembro de 81: Carlos Augusto Marighella, Clara Charf, Florestan Fernandes, Aldo Lins e Silva, Antonio Candido e Lélia Abramo; acima Florestan na Universidade de Yale, EUA, em 1977

dos dias, no circuito intelectual. São repercussões que se expressam através de críticas diretas e indiretas que brotam desse circuito. A produção científica de Florestan Fernandes, enquanto estudioso da questão racial, está ainda à espera de seus críticos. O que se tem, nesse plano, são críticas pontuais, descontextualizadas, nem sempre convincentes. Dessas, a que mais parece ter sensibilizado o sociólogo foi o seu descaso pela cultura do negro. No fundo, esse descaso ou desinteresse nasce da conceituação de cultura como epifenômeno, o que o teria conduzido, e a seus discípulos, à evitação metodológica da cultura em contrapartida a uma ênfase da dimensão socioeconômica como instância explicativa privilegiada da condição de ser negro no Brasil. Bastide encabeça essa crítica num admirável exercício de autocritica, ao afirmar que eles (os sociólogos de São Paulo, entre os quais se incluía) empobreceram seus estudos ao colocarem de lado a cultura do negro (9). Florestan Fernandes rebate essa crítica, apoiando-se no próprio Bastide, num dos

pontos que marcariam suas divergências com o mestre:

“Na verdade, os que hoje nos fazem a crítica de que ignoramos a ‘dimensão cultural’ não levam em conta a amplitude, as implicações e o significado dessa abordagem, possível em grande parte graças à experiência de Bastide – suas pesquisas sobre a transplantação, a reelaboração e transculturação das religiões africanas. A ‘dimensão cultural’ não aparece como um dado externo, uma ‘coisa palpável’ e empiricamente contingente. Porém, como um ‘modo de ser’: o negro como pessoa, sujeito de si mesmo e de uma história que foi negada, mas que, não obstante, transcorreu como ação dos oprimidos (daí a importância da passagem da condição de vítima passiva para a de agente do movimento negro, da frustração subjetiva para a rebelião e a ‘Segunda Abolição’). Desse ângulo, o aparecimento do regime de classes confere aos negros e mulatos novos papéis históricos emergentes (não importa se esses papéis tenham sido bloqueados pela sociedade inclusiva e se dissipassem sem deixar as marcas históricas do inconformismo negro)” (10).

CONCLUSÃO

Aos que trabalham com relações raciais no Brasil, familiarizados com os estudos e com a situação concreta do negro brasileiro, é possível avaliar o que o prof. Florestan representou para essa área de conhecimento sociológico e o que representou para a população negra que tem acesso a sua produção intelectual (11).

A pergunta que se pode fazer para encerrar este breve artigo é: o que significou para o prof. Florestan Fernandes ingressar, mesmo pouco convencido e por acaso, nesse campo de trabalho?

“Esse acaso se revelaria em seguida a coisa mais importante que aconteceu em minha vida de sociólogo profissional e de militante socialista” (12).

9 R. Bastide, “The Present Status of Afro-American Research in Latin America”, in *Daedalus*, 1974.

10 Olga R. de M. Von Sinson (org.), op. cit., p. 14.

11 Em especial: R. Bastide e F. Fernandes, *Branços e Negros em S. Paulo*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1971 (3ª edição); F. Fernandes, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, São Paulo, FFLCH-USP, 1964; idem, *O Negro no Mundo dos Brancos*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972; idem, *O Significado do Protesto Negro*, São Paulo, Cortez Editora, 1989.

12 Olga R. de M. Von Sinson (org.), op. cit., p. 15.